

## Igualdade de gênero é o tema do Boletim Jovem Futuro

A primeira edição de 2015 do Boletim Jovem de Futuro tem como tema a relação entre a igualdade de gênero e a educação.

Com o objetivo de fomentar a reflexão e o debate acerca do tema, o Boletim apresenta iniciativas de diferentes organizações no Radar; ações de escolas parceiras que podem servir de inspiração na seção Para Compartilhar; e, para aprofundar a discussão, conversou com Sandra Unbehaum, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, que falou sobre o Programa Diversidade e Gênero nas Escolas, a abordagem do tema pelas escolas brasileiras e a educação como pauta da agenda feminista.

Para completar, na seção Saiba Mais, foram selecionadas páginas e campanhas que abordam igualdade de gênero.

Boa leitura!

## Programa incentiva a entrada de jovens mulheres no universo científico

Uma iniciativa da L'Óreal Brasil em parceria com a Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o programa "Para Mulheres na Ciência" incentiva a entrada de mulheres na ciência e promove avanços da presença feminina no universo científico, onde as mulheres ainda são sub-representadas.

O programa oferece uma bolsa-auxílio para pesquisadoras de diversas áreas de atuação equivalente a 20 mil dólares, sendo 1 para a área de Ciência Física, 4 para Biológicas e Saúde, 1 para Ciências Matemáticas e 1 para Ciências Químicas.

As inscrições podem ser feitas até o dia 31 de maio de 2015 e o resultado será divulgado em agosto do mesmo ano. Os projetos serão avaliados por um júri composto por 8 ou mais pesquisadores indicados da Academia Brasileira de Ciências (ABC), 1 representante da Unesco, um representante da L'Óreal e será presidido por 1 membro da diretoria da ABC.

Para mais informações, acesse [www.paramulheresnaciencia.com.br/](http://www.paramulheresnaciencia.com.br/)

## ONG realiza ações voltadas para educação sexual nas escolas

A ONG Reprolatina, fundada em Campinas (SP) em 1999, atua na área dos direitos sexuais e reprodutivos. A organização trabalha com uma “metodologia educativa libertadora”, que tem como base os direitos humanos, sexuais e reprodutivos sob uma perspectiva de gênero. Em parceria com sistemas públicos de saúde, atua como facilitadora e agente de capacitação de técnicas que atuam na implementação de programas de saúde sexual e reprodutiva em diferentes instituições.

Para Francisco Cabral, vice-presidente da organização, a educação sexual é importante na formação de jovens por contemplar, também, um trabalho de construção de valores, direitos e deveres. Ele entende que incluir o assunto no planejamento escolar é de grande importância.

“O grande problema que encontramos é que grande parte das escolas não tem educação para a sexualidade no programa. É necessário

priorizar a educação sexual como algo sistematizado, não secundarizar a matéria envolvendo-a com disciplinas como Biologia”, explica. “As meninas e os meninos devem ter acesso a uma educação sexual que contribua com informação e educação para diminuir sua vulnerabilidade e minimizar os riscos de gravidez, DST [doenças sexualmente transmissíveis] ou de abuso e violência sexual”.

Cabral evidencia como a discussão sobre sexualidade com jovens tem relação direta com a questão de equidade de gênero, uma vez que o peso das responsabilidades e estigmas que recaem sobre homens e mulheres são distintos. “Quem enfrenta as maiores consequências no caso de uma gravidez não planejada, por exemplo, é a menina. Ela tem que deixar a escola e tem todo o seu projeto de desenvolvimento pessoal e social afetado.”

Para mais informações sobre a Reprolatina, acesse [www.reprolatina.org.br/](http://www.reprolatina.org.br/)

## Grupo Curumim forma jovens para participação social

Um dos projetos desenvolvidos pela ONG pernambucana Grupo Curumim é o Programa Cunhatã, que significa “adolescente em tupi-guarani”. A iniciativa desenvolve ações de formação continuada de jovens para a participação em espaços de controle social das políticas e aborda temas nas áreas de saúde integral, direitos humanos, relações de gênero, saúde, direitos sexuais, direitos reprodutivos.

A iniciativa conta com 13 jovens ativistas e educadores que formam garotas e garotos entre 13 e 25 anos, estudantes de escolas públicas ou que estão fora da escola.

Para Sueli Valongueiro, secretária executiva do Curumim, a falta de preparação de profissionais da educação somada à naturalização do machismo resulta num ambiente em que os direitos das mulheres são sistematicamente desrespeitados. Ou seja, é no ambiente escolar que as desigualdades ficam claras e tais comportamentos passam a ser reproduzidos pelos estudantes.

Sueli argumenta que uma ação educativa eficiente deve ser moldada considerando os mais vulneráveis às desigualdades de classe, raça e gênero. “Meninas pobres e negras estão mais expostas à vio-

lação de direitos, o que demanda ações que as fortaleçam para enfrentar este contexto”.

Apesar do ganho de espaço para a inclusão de igualdade de gênero no projeto pedagógico das escolas, a secretária executiva da ONG destaca que a igualdade precisa ser vivenciada em todas as relações na escola. “Educar é, sobretudo, praticar novas relações cotidianas, estabelecer formas diferentes de vivenciar as relações e é esse um dos grandes desafios”, conclui.

## Campanha da Promundo promove nas escolas oficinas sobre gênero, direitos sexuais e direitos reprodutivos

A Promundo, ONG carioca que atua na promoção da igualdade de gênero, desenvolve a campanha “Sem Vergonha”, desde 2013. Voltada para a temática da sexualidade, a iniciativa promove oficinas de sensibilização sobre direitos sexuais e reprodutivos, diversidade sexual, gravidez na adolescência, entre outros temas.

O conceito da campanha foi desenvolvido por um grupo de estudantes de escolas estaduais do Rio de Janeiro. Eles participaram de oficinas de sensibilização sobre gênero e sexualidade, e contribuíram para a criação e divulgação de todas as mensagens e atividades da campanha.

O nome “Sem Vergonha” também foi proposto pelos próprios estudantes, que consideraram a vergonha o principal entrave para discutir abertamente o tema. “O intuito do nome da campanha é justamente quebrar o estereótipo do que é ser sem vergonha, ressignificando a expressão como uma atitude positiva”, explica Letícia Serafim, coordenadora de Comunicação da Promundo.

Letícia credita o sucesso do projeto ao protagonismo dos estudantes. “São jovens falando com outros jovens, utilizando a mesma



linguagem e formando uma rede de referência capaz de influenciar positivamente mudanças de atitudes”, explica.

Graças a sua atuação no Grupo Gestor Estadual do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), a Promundo consegue desenvolver estratégias para o trabalho em salas de aula junto aos professores e professoras. “No caso da Campanha Sem Vergonha, temos buscado trabalhar em parceria com a equipe pedagógica das escolas para que as oficinas do projeto estejam integradas ao planejamento escolar, de forma que toda a comunidade possa ser envolvida e sensibilizada pelas ações”, conclui Letícia.

Para mais informações sobre a campanha, acesse [www.promundo.org.br/recursos/sem-vergonha/](http://www.promundo.org.br/recursos/sem-vergonha/)

## Gestores contam experiências que deram certo em suas escolas

### Curso preparatório do ENEM vira espaço de discussão sobre gênero em escola Cearense

A escola estadual Senador Fernandes Távora, de Fortaleza (CE), incluiu a discussão sobre equidade de gênero na preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A igualdade entre homens e mulheres no Brasil contemporâneo foi um dos temas sugeridos para as redações.

O assunto incentivou o debate entre estudantes do 2º e 3º anos do Ensino Médio. A discussão, que inicialmente se caracterizou pelo clima de “disputa” entre meninos e meninas, tornou-se um importante momento de reflexão e aprendizado sobre equidade de gênero e uma maior compreensão sobre a Lei Maria da Penha (que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher).

“É papel fundamental da escola promover momentos de discussão e formação do aluno para a cidadania”, defende Ana Lúcia Vieira de Lima, diretora da escola. Para ela, o debate foi um pontapé inicial importante, mas o objetivo é abordar igualdade de gênero em um contexto mais amplo.

A diretora também ressalta a importância do planejamento e articulação dessas atividades com a rotina escolar. “É importante planejarmos as ações com o grupo de professores porque sabemos que o tema gera polêmica e divide opiniões. Por isso deve haver o cuidado para evitar distorções”.

### Escola do Piauí promove fórum para discutir equidade de gênero

A Unidade Escolar Solange Viana, de Teresina (PI), realizou em agosto de 2013 um fórum sobre equidade de gênero, com o intuito de ampliar a compreensão dos alunos sobre o tema. “A partir do fórum, os alunos organizaram uma exposição a partir de pesquisas que realizaram sobre o tema, mostrando atitudes que podem contribuir para uma efetiva equidade de gênero” conta Ariadna Gonçalves Cavalcante, diretora da escola.

Ariadna ressalta a importância da realização desse tipo de atividade na escola. “É preciso que todos compreendam as desigualdades que afetam determinados grupos, como mulheres, pessoas com deficiência e as populações negra e indígena. Acredito que só a partir de um trabalho contínuo é que a sociedade vai entender que algumas atitudes, comportamentos precisam ser superados.”

## “Não é próprio da cultura escolar lidar com as questões de gênero, raça e diversidade sexual”



Sandra Unbehaum, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas

Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Sandra Unbehaum é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas desde 1995 e coordena, desde 2009, o Departamento de Pesquisas Educacionais da instituição.

Sandra integra ainda o Grupo de Pesquisa EdGES – Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual, da Faculdade de Educação da USP, e colidera o Grupo de Pesquisa Gênero, Raça/Etnia e Direitos Humanos da Fundação Carlos Chagas.

O Boletim Jovem de Futuro conversou com Sandra para compreender melhor o cenário da educação brasileira na perspectiva da equidade de gênero, tema desta edição.

### **Como percebe a abordagem de questões relacionadas à equidade de gênero nas escolas brasileiras atualmente?**

Existem alguns estudos, dissertações e teses, a partir de etnografia, observação e entrevistas, mas com grupos pequenos, com alguns resultados apontando mais lacunas e desafios do que avanços. De modo geral, as escolas têm dificuldade para lidar com as questões de gênero, assim como as que envolvem o racismo e a homofobia. Posso falar a partir da minha experiência com oficinas e palestras para educadores e, ainda que observe disponibilidade para aprender e informar-se, muitos professores relatam suas dificuldades, do tipo: “não me sinto bem quando vejo dois jovens do mesmo sexo se beijando num espaço público”; “não sei o que fazer

quando um menino quer brincar de casinha, de boneca”; ou ainda “tenho medo da reação da família se eu falar de educação sexual”. E mesmo se observamos a nossa volta, poucos homens sentem-se tranquilos se o filho escolher a cor rosa como preferida. As lojas de brinquedos, tentam, mas ainda timidamente, apresentar uma diversidade de cores nos brinquedos para as meninas. Ou seja, há uma tendência a reforçarmos características e comportamentos esperados para homens e mulheres.

Quando pensamos em equidade de gênero, o que vemos é avanço no acesso de meninas e a permanência delas em diferentes níveis de ensino. Mas se considerarmos as escolhas profissionais e ou acadêmicas dos e das jovens observa-se ainda algumas fortes tendências determinadas por expectativas diferenciadas para homens e mulheres na sociedade, por exemplo, a baixa presença de mulheres no campo das ciências biológicas e exatas. Elas estão mais presentes nos cursos da área de Humanas, um exemplo clássico é a Pedagogia. Uma questão de pesquisa interessante e necessária seria entender como a escola, desde a pré-escola, contribui para ampliar – ou não – o leque de escolhas futuras, inclusive a profissional. Nossas escolas estimulam igualmente meninos e meninas para experimentarem, vivenciarem diferentes campos de conhecimento? Isso poderia ser observado desde a escolha de brinquedos, livros de histórias já nos primeiros anos de vida escolar. Quantas vezes você já viu uma menina do seu círculo de conhecimento ganhar

de presente de aniversário uma caixa para experimentos científicos? E se acrescentarmos a essas questões o recorte racial e social, tudo fica ainda mais delicado do ponto de vista de equidade.

**Qual é a importância do programa Gênero e Diversidade nas Escolas (programa lançado em 2006 pelo Ministério da Educação – MEC e coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que oferece formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais)? Com quais avanços ele contribuiu e quais aspectos poderiam ser melhorados?**

Sabemos que há vários anos políticas de formação continuada têm sido oferecidas como o GDE – Gênero e Diversidade na Escola. Essa política já atingiu milhares de professores que atuam em diferentes níveis de ensino. A formação, de modo geral, é coordenada por docentes universitários, a maioria deles com pesquisa no campo dos estudos de gênero e de diversidade, cujo foco é pensar a prática docente e o cotidiano escolar. No entanto, são poucos ainda os estudos que apresentam o impacto dessas ações. É preciso tempo histórico para observar mudanças concretas. Sabe-se que a educação, as escolas estão mais atentas para as discriminações, os preconceitos e estereótipos, porque o assunto está nas redes sociais, nas mídias de modo geral e mobiliza discussões. Mas quando se trata de um país com a dimensão do nosso, com desigualdades sociais e culturais importantes, as mudanças tendem a ser localizadas e pontuais.

Agora é interessante observar que apesar de não podermos afirmar mudanças concretas, amplas, visíveis, nos últimos dez anos ou mais dispomos de um campo normativo, com leis e resoluções, que desafiam educadores e gestores do

campo da educação a lidar com as questões de gênero, de raça e de diversidade sexual. Os anos 2000 destacam-se por um visível investimento em políticas educacionais voltadas para temas da diversidade (gênero, sexualidade, diversidade sexual, direitos humanos, raça etc.). Particularmente os movimentos feministas, LGBTT e movimento negro exerceram um importante papel nesse processo, referendados pelos documentos internacionais e pela oportunidade de atuarem direta ou indiretamente em diferentes instâncias do governo federal, com proposições e na execução de projetos e programas.

A questão é que ao mesmo tempo o sistema de ensino brasileiro está fundamentado em princípios universais, cujas propostas e programas pressupõem uma homogeneidade e o reconhecimento de um sujeito universal, expresso na equivalência da lei. Entretanto, justamente essa equivalência omite distinções e contrastes, diferenças de classe social, gerações, raça/etnia, gênero, não conseguindo suprir as necessidades individuais e de novos coletivos. E grupos sociais organizados têm pressionado por políticas educacionais que correspondam a essas leis e resoluções. Um belo exemplo foi o debate durante a votação do Plano Nacional de Educação. As considerações da sociedade civil organizada sensibilizaram o redator do projeto de Lei nº 8.035-B, de 2010 (BRASIL, 2010), que aprova o PNE, cujo documento final aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania apresentava em seu artigo segundo, inciso III: são diretrizes do PNE “superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”. No entanto, quando levado à aprovação do Congresso, gerou forte reação de grupos conservadores, vários deles vinculados a segmentos religiosos levando à alteração

“o sistema de ensino brasileiro está fundamentado em princípios universais, expresso na equivalência da lei. Entretanto, justamente essa equivalência omite distinções e contrastes”

da redação final, homologada pela Presidência da República em 26/06/2014, passando a ser diretriz do PNE a: “superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014b).

Esse fato político expõe a cultura conservadora fortemente atuante na sociedade brasileira e as reais dificuldades em fazer reconhecer as diferenças e a diversidade, sobretudo aquelas relacionadas à sexualidade. Subsumir os termos igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual ao termo “discriminação” encobre no campo da educação desigualdades concretas que contribuiriam para compreender as taxas de evasão, de defasagem série/idade, só para mencionar dados de fácil mensuração. Esse fato ilustra a complexidade e as dificuldades a serem enfrentadas.

**As escolas costumam incluir ações voltadas para o tema no planejamento anual? Qual é a importância de se fazer isso?**

Não tenho essa informação, mas pode-se supor que não incluem sistematicamente no planejamento, não é ainda próprio da cultura escolar lidar com as questões de gênero, de raça, de diversidade sexual. Esses temas têm chegado à escola estimulada por ações e políticas específicas, como as de formação continuada. As ações de prevenção de DST/Aids, de educação em sexualidade e agora mais recentemente de enfrentamento da homofobia são importantes janelas de oportunidade para tratar das questões de gênero. São questões na verdade intimamente interligadas.

**No artigo que escreveu em parceria com Claudia Vianna, em 2006, “Gênero na Educação Básica: quem se importa?”, vocês afirmam que “a educação não tem sido um campo privilegiado pelas reivindicações do movimento de mulheres, com exceção da luta por creches e pela educação infantil”. Por que acredita que isso acontecia? Esse cenário mudou?**

A luta pelos direitos das mulheres envolvia uma pauta ampla e são escolhas conjunturais, estratégicas. O foco principal do movimento era outro. Isso não quer dizer que a educação não estivesse na pauta, mas não era o centro da questão. Nina Madsen (2008) estudou a agenda feminista para educação e gênero e ela diz que a educação foi um tema central para a agenda feminista no final do século 19, como estratégia de emancipação e de acesso ao mercado de trabalho. No entanto, com a conquista de direitos fundamentais e sendo a educação um deles, deixa de ser um ponto crucial tanto de luta quanto de pesquisa. Como os dados censitários disponíveis vinham destacando o sucesso das meninas e das mulheres no acesso à escola e, destas últimas, no acesso ao mercado de trabalho, enfraquecia-se o argumento da desigualdade de gênero na educação. Isso vem mudando, porque as análises de gênero não estão limitadas à situação das meninas, e sim também dos meninos, em especial, dos negros. Os dados de evasão e de repetência ou de defasagem série-idade afetam mais os meninos do que as meninas.

## Atenção supervisores e gestores escolares, em abril e maio serão realizadas formações em Goiás e Ceará. Anote as datas:

| Quando           | Onde             |
|------------------|------------------|
| 7 a 9 de abril   | Goiânia (GO)     |
| 7 a 9 de abril   | Pirinópolis (GO) |
| 21 e 22 de maio  | Pirinópolis (GO) |
| 14 a 16 de abril | Fortaleza (CE)   |
| 14 a 16 de abril | Meruoca (CE)     |
| 14 a 16 de abril | Juazeiro (CE)    |
| 14 e 15 de maio  | Fortaleza (CE)   |

## Confira mais informações sobre o tema desta edição

Caderno da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) "Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos".

- [pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_cad4\\_gen\\_div\\_prec.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf)

Matéria de capa da última edição da revista Nova Escola, "Educação sexual: precisamos falar sobre Romeo...", propõe uma discussão sobre sexo, sexualidade e gênero e o preconceito contra quem desafia as normas de papéis masculinos e femininos nas escolas.

- [revistaescola.abril.com.br/formacao/educacao-sexual-precisamos-falar-romeo-834861.shtml](http://revistaescola.abril.com.br/formacao/educacao-sexual-precisamos-falar-romeo-834861.shtml)

Campanha da Organização da Nações Unidas (ONU) He For She, que busca incentivar uma participação maior de homens na luta pela equidade de gênero.

- [nacoesunidas.org/evento-em-nova-york-lanca-campanha-solidaria-global-de-genero-da-onu-mulheres/](http://nacoesunidas.org/evento-em-nova-york-lanca-campanha-solidaria-global-de-genero-da-onu-mulheres/)
- [www.heforshe.org/](http://www.heforshe.org/)

Agência Patrícia Galvão, uma iniciativa do Instituto Patrícia Galvão, atua na produção de notícias e conteúdos sobre os direitos das mulheres brasileiras.

- [www.agenciapatriciagalvao.org.br/](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/)

